DISPENSA DE VALOR nº 009/2025PMSSDI – COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO I da Lei 14.133/2021 e DECRETO MUNICIPAL Nº 052/2025, de 06 de janeiro de 2025.

Processo Administrativo Nº 038/2025

PREÂMBULO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SOUTO SOARES - ESTADO DA BAHIA, Pessoa Jurídica de Direito Público, situado na Av. José Pereira Sampaio, nº 08, centro, Souto Soares-Bahia, por intermédio do Setor de Licitações, torna público que, realizará Dispensa, com critério de julgamento MENOR PREÇO, nos termos Artigo Nº 75, inciso I da Lei 14.133/2021, e as exigências estabelecidas neste Edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

DATA E HORÁRIO LIMITES PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO: DIA 27/02/2025, ÀS 23:59 HS (HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO: licitacaocpl@soutosoares.ba.gov.br

ou poderão ser protocoladas presencialmente na sala da CPL, situada na avenida josé Sampaio, nº 08, prédio, centro, souto soares/BA – cep – 46.990-000, no horário das 08h:00 às 12h:00 e das 14h:00 as 17h:00 de segunda a sexta feira.

1 - OBJETO

Constitui objeto deste a contratação de empresa especializada na mão de obra mecânica para manutenção da MOTONIVELADORA CATERPILLAR, MODELO 120K, ANO 2014, Serie: CAT0120KVJAP04113, MOTOR CAT C7 ACERT VHP (145 HP), conforme interesses da Prefeitura Municipal de Souto Soares – BA; conforme especificações constantes no Edital e seus anexos.

2 - DA JUSTIFICATIVA:

- **2.1** A motoniveladora Caterpillar é um equipamento essencial para a execução dos serviços de revitalização e manutenção das estradas vicinais do município, garantindo a trafegabilidade e a segurança dos usuários.
- **2.2** Atualmente, o equipamento encontra-se inoperante devido à necessidade de manutenção corretiva, impossibilitando a continuidade dos trabalhos e comprometendo o atendimento às demandas da comunidade. Dessa forma, faz-se necessária a contratação de empresa especializada para a realização dos serviços de reparo, de forma célere e eficiente, visando a recuperação do maquinário e a retomada imediata das atividades.
- **2.3** A contratação justifica-se pela necessidade de garantir a prestação adequada dos serviços públicos de infraestrutura viária, evitando prejuízos à população e assegurando a conservação das estradas municipais.

3 – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:



Este Termo de Referência está de acordo com o estabelecido pela nova Lei de Licitações nº. 14.133/2021, art. 75, I.

4 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

4.1 Poderão participar desta contratação, as empresas interessadas do ramo, desde que não tenha vínculo com o agente de contratação que acompanhara este processo, que atenderem a todas as exigências deste termo e seus anexos, inclusive quanto à documentação.

4.2 A participação deste processo será vinculada a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Cópia da Cédula de Identidade dos sócios da empresa ou dos representantes das entidades (RG), ou caso seja representante, anexar procuração ou documento equivalente do outorgado;
- b) Contrato Social em vigor (Consolidado), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; exigindo-se, no caso de sociedade por ações, documentos de eleição de seus administradores; Estatuto Social devidamente registrado acompanhado a última ata de eleição de seus dirigentes devidamente registrados em se tratando de sociedades civis com ou sem fins lucrativos. Quando se tratar de empresa pública será apresentado cópia das leis que a instituiu; Certificado da Condição de Microempreendedor Individual MEI;
- c) Regularidade para com a Fazenda Federal Certidão Conjunta Negativa De Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- d) Certidão Regularidade junto à Secretaria de Estado da Fazenda Pública Estadual;
- e) Certidão Negativa de Débito do Município Sede da Empresa (CND Municipal);
- f) Certidão Negativa de Débitos junto ao FGTS;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- h) Certidão de concordata e falência e recuperação extrajudicial da sede da empresa;
- i) Alvará de Licença e Funcionamento.
- j) Qualificação Técnica: Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através da apresentação de, no mínimo, 01 atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

5 - DO VALOR ESTIMADO:

O valor total estimado para esta contratação será de **R\$ 49.346,67** (quarenta e nove mil, trezentos e quarenta e seis reais e sessenta e sete centavos), conforme especificações e quantitativo do presente termo de Referência.

6 - DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES:

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VL. UNT. MÉDIO	VL. TOTAL
1	REPARO DE UNIDADES INJETORAS: Diagnóstico e reparo das unidades injetoras de combustível, assegurando o correto funcionamento do sistema de alimentação do motor.	UND	4	R\$ 5.316,67	R\$ 21.266,68
2	RECONDICIONAMENTO DE BOMBA DE ATUAÇÃO:	UND	1	R\$ 14.266,67	R\$ 14.266,67



Avenida José Sampaio, 08 Centro - Bahia CEP - 46990-000 CNPJ 13.922.554/0001-98 - Telefax: (0xx75) 33392150 / 2128

E-mail: gabinete@soutosoares.ba.gov.br

	Revisão completa da bomba de atuação, incluindo desmontagem, substituição de componentes desgastados, retificação de peças (se necessário), montagem e testes para garantir seu desempenho adequado.				
3	SERVIÇO DE MONTAGEM E DESMONTAGEM: Remoção segura dos componentes para realização dos reparos necessários e posterior montagem, garantindo a reinstalação correta e o perfeito funcionamento do equipamento.	UND	1	R\$ 6.386,67	R\$ 6.386,67
4	TESTE DE UNIDADES INJETORAS: Revisão completa do sistema de injeção, incluindo limpeza, ajuste e teste de desempenho.	UND	6	R\$ 633,33	R\$ 3.799,98
5	REPARO DE CHICOTE ELÉTRICO: Inspeção e correção de falhas no chicote elétrico, substituição de fios danificados, conectores e isolamento adequado para evitar curtos-circuitos e falhas elétricas.	UND	1	R\$ 1.706,67	R\$ 1.706,67
6	REPROGRAMAÇÃO DE MÓDULO: Diagnóstico e atualização do software do módulo de controle eletrônico (ECU), garantindo o correto funcionamento dos sistemas da máquina e melhorando sua eficiência operacional.	UND	1	R\$ 1.920,00	R\$ 1.920,00

7 - DO PRAZO CONTRATUAL:

7.1. O prazo de vigência do contrato será de dois (2) meses, contado a partir da assinatura do mesmo, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município.

8- DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

- 8.1 Após o recebimento da ordem de serviço, a contratada terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para o início de suas obrigações no galpão/garagem de carros e máquinas da secretaria municipal de infraestrutura, endereço: Rua fazenda pé de vilão, 99 B, centro, Souto Soares/BA, sem custo adicional;
- 8.2 Todos os custos referentes à logística de execução do serviço, como deslocamento hospedagem e alimentação ficará por total responsabilidade da contratada;
- 8.3 A responsabilidade pelo acompanhamento do serviço ficará a cargo de um funcionário designado pela CONTRATANTE, para efeito de verificação da conformidade da execução do objeto;
- 8.4 A empresa deverá oferecer garantia para o trabalho realizado, garantindo a qualidade e durabilidade da manutenção.
- 8.5 Após a realização dos reparos, deverão ser feitos testes operacionais para garantir o pleno funcionamento do equipamento antes da liberação para uso.
- 8.6 Todos os serviços deverão ser executados por profissionais qualificados, utilizando ferramentas genuínas ou de qualidade equivalente, garantindo a durabilidade e a eficiência do equipamento.
- 8.7 O prazo para a execução do serviço será de 5 (cinco) dias após a emissão da ordem de serviço.



8.8 - DA SUBCONTRATAÇÃO:

É proibida, portanto, a subcontratação parcial ou total do objeto, não podendo a atuação do contratado transformar-se em mera intermediação ou administração de contrato.

9 - DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO

- 9.1. O pagamento será até o 30 (trigésimo) dia subsequente ao mês da realização dos serviços.
- 9.2. A inadimplência da Contratada com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, de acordo com o artigo 121, parágrafo único, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

10 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.1 - As despesas decorrentes deste objeto, correrão por conta da seguinte dotação fixada na Lei Orçamentária Anual do Município de Souto Soares- BA, exercicio de 2025:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.08.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA. PROJETO/ ATIVIDADE: 2022 - Manutenção e Desenvolvimento das ações de infraestrutura. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.39.00.0000 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte: 1500

11 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o termo de referência, as cláusulas contratuais, e os termos de sua proposta;
- 11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização do Contrato;
- 11.3. Notificar a Contratada em decorrência ao não cumprimento contratual;
- 11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da entrega dos materiais, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber.
- 11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 11.6.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

CNPJ 13.922.554/0001-98 - Telefax: (0xx75) 33392150 / 2128 E-mail: gabinete@soutosoares.ba.gov.br

- 11.8. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
- 11.12. Atestar as faturas correspondentes e supervisionar o saldo contratual, por intermédio de servidor nomeado para esse fim.

12 - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA:

- 12.1 Prestar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta;
- 12.2. Responder por danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, devidamente comprovados, quando do fornecimento contratado, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização exercida pelo Contratante;
- 12.3. Atender prontamente as solicitações que se fizerem necessárias referentes ao fornecimento contratado e aos documentos de interesse do Contratante;
- 12.4. O relatório mensal informado na cláusula anterior, bem como a segunda via das requisições expedidas em cada período mensal, deverá acompanhar as faturas e os documentos fiscais, quando da abertura do processo de liquidação mensal;
- 12.5. Manter, durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação com a Administração Pública;

13 - DAS SANÇÕES:

- 13.1. Comete infração administração o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:
- 13.1.1 Dar causa a inexecução parcial do contrato;
- 12.1.2 Dar causa á inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 12.1.3 Dar causa á inexecução total do contrato;
- 12.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 12.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 12.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 12.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa ou a execução do contrato;
- 12.1.9 Fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

CNPJ 13.922.554/0001-98 - Telefax: (0xx75) 33392150 / 2128

E-mail: gabinete@soutosoares.ba.gov.br

- 12.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 12.1.11 Considerar comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 12.1.12 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetos deste certame;
- 12.1.13 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 13.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subintes anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Advertência pela fala do subitem 12.1.1 deste Termo de Referência para Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do (s) item (s) prejudicado (s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 12.1;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens do 12.1.3, deste Termo de Referência para Contratação Direta quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 12.1 bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstancias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 13.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além de perda desse valor a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;
- 13.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública;



Avenida José Sampaio, 08 Centro – Bahia CEP – 46990-000 CNPJ 13.922.554/0001-98 – Telefax: (0xx75) 33392150 / 2128 E-mail: gabinete@soutosoares.ba.gov.br

- 13.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;
- 13.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indício de pratica de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo a administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas a autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização PAR.
- 13.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa;
- 13.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à administração pública federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 13.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

14 - DA FISCALIZAÇÃO:

- 14.1. A fiscalização dos serviços referente ao contrato será realizada pela servidora Mariana Varjão dos Anjos, matrícula de n.º 4145, cujo objeto contratado refira-se área da Ação Social e Prefeitura Municipal, conforme Decretos/GP Nº 052 e 053, de 06 de janeiro de 2025, publicados no Diário Oficial do Município. A gestão do contrato fica sob a responsabilidade do servidor Uilian Souza Silva, inscrito no CPF de n.º 047.449.845-09, portador da Matrícula de n.º 4160, para exercer as atribuições de Gestor de Contratos Administrativos do Poder Executivo Municipal, conforme Decreto Municipal de n.º 052, publicado em 06 de janeiro de 2025 e Decreto Municipal nº 053, publicado em 06 de janeiro de 2025 no Diário Oficial do Município.
- 14.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 14.3. A verificação dos serviços deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência
- 14.4. A conformidade dos serviços prestados deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas.
- 14.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato



Avenida José Sampaio, 08 Centro – Bahia CEP – 46990-000 CNPJ 13.922.554/0001-98 – Telefax: (0xx75) 33392150 / 2128 E-mail: gabinete@soutosoares.ba.gov.br

14.6. O servidor da Secretaria Municipal de Gestão e Inovação de Souto Soares/BA anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à prestação dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

15. ANEXOS:

Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

- Anexo I Modelo de Proposta de Preço;
- Anexo II A declaração de enquadramento ME EPP;
- Anexo III Declaração Unificada

Souto Soares, 24 de fevereiro de 2025.

Rodrigo Vieira de Andrade Secretário de Gestão e Inovação



Avenida José Sampaio, 08 Centro – Bahia CEP – 46990-000 CNPJ 13.922.554/0001-98 – Telefax: (0xx75) 33392150 / 2128 E-mail: gabinete@soutosoares.ba.gov.br

ANEXO II MODELO DA PROPOSTA

MODELO DA PROPOSTA DE PREÇO PROCESSO ADIMINSTRATIVO: 008/2025 DISPENSA DE LICITAÇÃO pº 004/2025PMSSDI

	DISPENSA DE LICITAÇÃO nº		25PMS	SDI		
Razão	Social do Fornecedor:					
Nome	Completo do Responsável da Empresa:					
CNPJ	:					
Ender	eço:					
E-mai	l:		Te	elefone:		
CATER	O: Contratação de empresa especializada na mão de obra RPILLAR, MODELO 120K, ANO 2014, Serie: CAT0120KVJAP0 ses da Prefeitura Municipal de Souto Soares – BA.			•		
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNT	VAL. UNITÁRIO	VALOR TOTAL	T
1	REPARO DE UNIDADES INJETORAS: Diagnóstico e reparo das unidades injetoras de combustível, assegurando o correto funcionamento do sistema de alimentação do motor.	UND	4			
2	RECONDICIONAMENTO DE BOMBA DE ATUAÇÃO: Revisão completa da bomba de atuação, incluindo desmontagem, substituição de componentes desgastados, retificação de peças (se necessário), montagem e testes para garantir seu desempenho adequado.	UND	1			
3	SERVIÇO DE MONTAGEM E DESMONTAGEM: Remoção segura dos componentes para realização dos reparos necessários e posterior montagem, garantindo a reinstalação correta e o perfeito funcionamento do equipamento.	UND	1			
4	TESTE DE UNIDADES INJETORAS: Revisão completa do sistema de injeção, incluindo limpeza, ajuste e teste de desempenho.	UND	6			
5	REPARO DE CHICOTE ELÉTRICO: Inspeção e correção de falhas no chicote elétrico, substituição de fios danificados, conectores e isolamento adequado para evitar curtoscircuitos e falhas elétricas.	UND	1			
6	REPROGRAMAÇÃO DE MÓDULO: Diagnóstico e atualização do software do módulo de controle eletrônico (ECU), garantindo o correto funcionamento dos sistemas da máquina e melhorando sua eficiência operacional.	UND	1			
PRAZ	O DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO:					_



Avenida José Sampaio, 08 Centro – Bahia CEP – 46990-000 CNPJ 13.922.554/0001-98 – Telefax: (0xx75) 33392150 / 2128 E-mail: gabinete@soutosoares.ba.gov.br

LOCAL E DATA:					
	Carimbo	do CNPJ/A	ssinatura da Em	oresa.	
VALIDADE DA PROPOSTA: _	1				



Avenida José Sampaio, 08 Centro – Bahia CEP – 46990-000 CNPJ 13.922.554/0001-98 - Telefax: (0xx75) 33392150 / 2128

E-mail: gabinete@soutosoares.ba.gov.br

ANEXO II MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME EPP

Dispensa nº 009/2025PMSSDI

Processo Administrativo Nº 038/2025

Eu,	subscrito	abaixo,
DECLARO que a empresa (<mark>qualificação</mark> o	da empresa proponei	nte),
pessoa jurídica de direito privado, ir nº		sob o
omsede no endereço		_
município/		
neste ato por mim representada, para especificamente para participação na pres tratamento diferenciado previsto na Lei C estar contida no rol de beneficiários do a	todos os fins de sente contratação, fa: omplementar 123/20	direito, z jus ao 106, por
DECLARO também, ciência de que a inverídicas sujeitará a empresa, às penalic criminal etributária relativas à falsidade id Penal) e ao crime a ordem tributária (art. 1 dezembro de 1990).	lades previstas na le eológica (art. 299 do	gislação código
/	dede:	2025.
Nome e Assinatura do repre		

*UTILIZAR O PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA



Avenida José Sampaio, 08 Centro – Bahia CEP – 46990-000 CNPJ 13.922.554/0001-98 – Telefax: (0xx75) 33392150 / 2128 E-mail: gabinete@soutosoares.ba.gov.br

ANEXO III MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

Dispensa nº 009/2025 Processo Administrativo Nº 038/2025

A empre	esa						, devida	amente	e inscrita
no	CNPJ	sob	nº				se	diada	na
Rua						_,		nº	,
bairro						na			cidade
de					com		0	E	endereço
						uada	no		Estado
				, através do					
para os que:	fins de par	ticipação d	a DISPENS	SA Nº 009/2025	5, DECLARA	sob as	penalio	dades (cabíveis,
I - Atend	-	isitos de ha	abilitação e	responderá pe	la veracidad	e das in	formaçõ	es pre	estadas,
presente	data inexi	stem fatos	•	ou contratar co para sua habil osteriores;		-		•	
que, con	corda com	todos os t	ermos cons	e os termos co tantes no mesr ão contidas;			•	•	
Municípi Portadoi cuja	o, o(a) ro (a) do RG função rador/proc	esponsáve sob nº o/cargo	legal da é	ocedimento do empresa é	o(a) Sr.(a). e CPF nº				, (sócio
com diriç na licitaç	gente do ói ão ou atue	gão ou ent na fiscaliz	idade contra ação ou na	ica, comercial, atante ou com gestão do con lateral ou por a	agente públi trato, ou que	co que o deles s	desemp eja côn	enhe f juge,	

VII - a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais,

VI - cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados

da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;



Avenida José Sampaio, 08 Centro – Bahia CEP – 46990-000 CNPJ 13.922.554/0001-98 – Telefax: (0xx75) 33392150 / 2128 E-mail: gabinete@soutosoares.ba.gov.br

nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da entrega das propostas.

ontratação direta, bem como em caso de eventual contratação, :
 E-mail: elefone:
dictoric.
(– Nomeou e constituiu o(a) senhor(a)para ser o(a) preposto responsável para
companhar a execução do Contrato ou instrumento equivalente, e todos os atos necessários ao umprimento das obrigações assumidas diante da participação neste instrumento convocatório e eus anexos.
- para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/21, não emprega menor de ezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos nciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal).
essalva: () emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.
I – conhecimento acerca da disposição contida no artigo 155, VIII da Lei 14.133/2021, quanto a presentação de declaração falsa.
/
Nome e Assinatura do representante legal

*UTILIZAR O PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA